 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 059. Projeções Sociopolíticas e Agenciamentos Coletivos no Mundo Rural

Marisa Barbosa Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Delma Pessanha Neves (Professor permanente do PPGA UFF) - Coordenador/a Assistimos hoje, no mundo rural, a uma efervesc?ncia de processos e sujeitos distintos que, redelineando configura?es, exprimem transforma?es nesse amplo universo social. Popula?es rurais vivenciam processos pol?ticos que envolvem a redefini??o de identidades e papeis sociais, pautados em direitos espec?ficos ou fundamentais e na luta pela conquista de patrim?nios materiais e imateriais. Outras, nesse mesmo quadro social, deslocam-se na tentativa de repor condi?es de vida sob relativa autonomia. Ou ainda gerenciam diversas restri?es, por tais raz?es estimulando filhos a se constitu?rem por diferentes inser?es produtivas. Esses investimentos exigem a constru??o de diversas formas de posicionamento pol?tico e inser??o social, de articula?es de saberes espec?ficos, sobretudo constru?dos para a a??o coletiva e para conviv?ncia em universos sociais em disputas. Essas popula?es t?m ainda investido na produ??o de seus pr?prios mediadores, muitos destes, para tal exerc?cio, negociando com porta-vozes de quadros institucionais. Interessa-nos reflex?es e esquemas conceituais que permitam o entendimento da complexidade dos processos de transforma??o social no mundo rural, principalmente os que envolvem as constru?es identit?rias, diferentes territorialidades, os modos e adequa??o e de reconfigura??o produtiva e as formas de sociabilidade. Igualmente nos interessam processos que explicitem a fluidez de fronteiras e redefini?es sociais pela elabora??o de recursos de media??o.

Auto-identificação, mediação e estratégias de reprodução social e mobilização coletiva na comunidade Quilombola de Juçatuba (MA)

Autoria: Leandro Augusto dos Remédios Costa

Este work tem como objeto de estudo a relação entre estratégias de reprodução social e estratégias de mobilização coletiva. O ponto de partida é a “auto-identificação” no contexto quilombola, esse mecanismo jurídico estatal presente no decreto 4887/2003 que garante a classificação de “remanescentes de quilombo” tornando os grupos que reivindicam tal identificação como sujeitos de direitos. O campo empírico para tal reflexão é a comunidade quilombola Juçatuba, localizada no município de São José de Ribamar, no Estado do Maranhão, e certificada em 10 de maio de 2007 pela Fundação Cultural Palmares. A “auto-identificacação” exige um capital cultural específico, ou seja, o domínio de certos códigos, linguagens e práticas exigidas pela burocracia estatal, entretanto, sabe-se que tal capital é desigualmente distribuído nas sociedades “modernas”. Diante disso, surge a necessidade de uma série de mediadores, internos ou externos à comunidade que possuam tais capitais para mobilizar a “auto-identificação”. Nesse sentido, este work privilegia os mediadores de Juçatuba e sua representação sobre a “auto-identificação” é apreendida por meio de incursões no campo empírico, questionários aplicados com os moradores e entrevistas realizadas com os mediadores. Nessa comunidade os mediadores foram identificados como os membros da Associação de Moradores, sendo a representação desses agentes sobre a “auto-identificação” é de que a educação universitária é o elemento que lhes possibilita a busca pelas “origens” da comunidade e o conhecimento sobre o direito territorial quilombola. A reconstrução processual da “auto-identificação” mostrou que Juçatuba já possua instituições representativas marcadas pela divisão de gênero, inicialmente pelo domínio masculino, a Comissão dos Nove Homens que representava a comunidade, até que esta foi substituída por clubes de mães, que, por sua vez, foram desfeitos e tornaram-se a Associação dos Moradores. Diante disso, a última parte do artigo retoma as representações dos agentes sobre a “auto-identificação” como tornada possível em

 ISBN: 978-85-87942-61-6

decorrência da educação universitária. Para não reduzir a análise à tarefa de apreender e reproduzir as representações sumárias, foi necessário ir além das explicações apresentadas pelos agentes para fazer surgir o sistema de relações objetivas em que estes estão inseridos, o que mostrou que as transformações nas formas de mediação interiores ao grupo estão relacionadas a transformações nas condições objetivas de reprodução social do grupo e que, portanto, geram outras estratégias de reprodução social (como investir na educação universitária) bem como outras estratégias de mobilização coletiva.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**